

[https://farid.ps/articles/those\\_who\\_cannot\\_remember\\_the\\_past\\_are\\_condemned\\_to\\_repeat](https://farid.ps/articles/those_who_cannot_remember_the_past_are_condemned_to_repeat)

# “Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”

A promessa de “nunca mais”, nascida das cinzas do Holocausto, tem sido uma pedra angular do direito internacional dos direitos humanos e da consciência moral global. No entanto, como George Santayana alertou na citação que dá título a este ensaio, os paralelos entre atrocidades passadas e crises atuais revelam uma continuidade preocupante tanto nas ideologias que alimentam o genocídio quanto nas falhas sistêmicas que o possibilitam. Este ensaio explora esses paralelos em três capítulos: primeiro, o papel da superioridade e da desumanização no Holocausto e a falha de instituições internacionais como a Liga das Nações e o Tribunal Permanente de Justiça Internacional (PCIJ) em preveni-lo ou detê-lo; segundo, as impressionantes semelhanças nas atitudes de Israel em relação aos árabes, particularmente aos palestinos, e suas ações em Gaza; e terceiro, as evidências convincentes de **mens rea** e **actus reus** que estabelecem o genocídio em Gaza, destacando a obrigação moral e legal de estados e autoridades de agir sob a promessa de “nunca mais”, a Convenção sobre Genocídio e a doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P).

## Superioridade, Desumanização e a Falha das Instituições Internacionais

O Holocausto, um dos genocídios mais sistemáticos da história, foi sustentado por uma ideologia de superioridade racial e desumanização que justificava a extermínio de seis milhões de judeus e milhões de outros. A ideologia nazista, enraizada no conceito de supremacia ariana, posicionava os judeus como uma ameaça sub-humana à nação alemã. A propaganda retratava os judeus como “vermes”, “parasitas” e um “inimigo racial”, despojando-os de sua humanidade e facilitando sua destruição sistemática. Essa desumanização não foi um ato espontâneo, mas uma estratégia deliberada, como visto nos discursos de Hitler e na propaganda de Goebbels, que apresentavam os judeus como uma ameaça existencial que exigia eliminação para a sobrevivência da Alemanha.

O regime nazista concentrou os judeus em guetos como o de Varsóvia, onde fome e doenças mataram dezenas de milhares, antes de deportá-los para campos de extermínio como Auschwitz para assassinatos industrializados em câmaras de gás. A intenção de destruir os judeus como grupo era explícita na “Solução Final”, atendendo ao **mens rea** para genocídio, enquanto os atos — assassinato, causar danos graves, impor condições letais, prevenir nascimentos através de esterilização e matar 1,5 milhão de crianças — cumpriram o **actus reus** sob a Convenção de Genocídio da ONU (1948), definida posteriormente.

As instituições internacionais, nomeadamente a Liga das Nações e o PCIJ, não conseguiram prevenir ou deter esse genocídio devido a fraquezas estruturais e realidades geopolí-

ticas. A Liga, estabelecida em 1920 para manter a paz, carecia de mecanismos de execução e dependia de decisões unâimes, permitindo que grandes potências como França e Reino Unido priorizassem a apaziguamento da Alemanha nazista em vez de intervenção. A Conferência de Évian (1938), apoiada pela Liga, falhou em abordar a crise dos refugiados judeus, já que a maioria dos países se recusou a aceitar refugiados, possibilitando as atrocidades nazistas. O PCIJ, o braço judicial da Liga, podia resolver disputas entre estados, mas não tinha mandato ou poder para abordar atrocidades internas como o Holocausto, refletindo a priorização da soberania sobre os direitos humanos na era. Quando a extensão total do Holocausto foi conhecida, a Liga estava extinta, e o mundo estava em guerra, destacando a falha catastrófica dos mecanismos internacionais em proteger populações vulneráveis.

## **Paralelos nas Atitudes de Israel em Relação aos Árabes e suas Ações em Gaza**

As atitudes de Israel em relação aos árabes, particularmente aos palestinos, e suas ações em Gaza revelam paralelos assustadores com o Holocausto, enraizados em ideologias de superioridade, desumanização e violência sistemática. Declarações históricas de líderes israelenses demonstram uma intenção de longa data de excluir ou destruir os palestinos. Yosef Weitz (década de 1940) pediu uma “terra de Israel... sem árabes”, defendendo a “transferência” de todos os palestinos, deixando “nem uma vila, nem uma tribo”. Menachem Begin (1982) afirmou que os judeus eram a “raça superior”, rotulando outras raças como “feras e animais, na melhor das hipóteses gado”, ecoando a supremacia ariana nazi. Rafael Eitan (1983) imaginou os palestinos como “baratas drogadas em uma garrafa” após a terra ser colonizada, desumanizando-os de maneira semelhante à propaganda nazi. Mais recentemente, a Marcha da Bandeira de Jerusalém (2023) viu milhares entoando “Morte aos Árabes” e “Que sua vila queime”, enquanto uma conferência de colonos em 2024 planejou “se estabelecer em Gaza”, imaginando um futuro “sem Hamas” — e implicitamente sem palestinos. Além disso, o Ministro do Patrimônio Amichai Eliyahu declarou em novembro de 2023 que uma das opções de Israel na guerra contra o Hamas poderia ser “lançar uma bomba nuclear na Faixa de Gaza”, um comentário que, embora desmentido pelo Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, reflete uma retórica extremamente de aniquilação que ecoou em muitos chamados à destruição total de Gaza, tanto nas redes sociais quanto em outros lugares.

Essas atitudes se traduzem em ações em Gaza que espelham as táticas nazistas. Gaza, com 2,1 milhões de pessoas confinadas em 365 quilômetros quadrados sob um bloqueio desde 2007, assemelha-se a um gueto nazi, agora transformado no que pode ser descrito como um “grande campo de extermínio”. Desde outubro de 2023, a campanha de Israel matou mais de 40.000 palestinos, incluindo 15.000 crianças, por meio de bombardeios, segundo as autoridades de saúde de Gaza (final de 2024). Um cerco total de dois meses (até maio de 2025), confirmado por Israel Katz (“nenhuma ajuda humanitária está prestes a entrar em Gaza”) e Bezalel Smotrich (“nem um grão de trigo”), causou fome, com 1,1 milhão em risco de inanição e crianças morrendo de desnutrição, segundo relatórios da ONU (2024). A destruição da infraestrutura — 70% das moradias, a maioria dos hospi-

tais — cria condições inabitáveis, enquanto o uso de fósforo branco foi ligado a deformações congênitas, segundo a Human Rights Watch (2023). Na Cisjordânia, descrita como um “gueto” com seus pontos de controle e assentamentos, 83 crianças foram mortas em 2023, o dobro do total do ano anterior, em meio a operações militares intensificadas, segundo a UNICEF.

Um artigo do The Times of Israel de 2024, pedindo “espaço vital” na Cisjordânia para acomodar a crescente população de Israel (15,2 milhões até 2040), reflete diretamente as ambições territoriais nazistas, que justificavam o genocídio para abrir espaço para colonos alemães. Declarações de autoridades israelenses, como “animais humanos” de Yoav Gallant (2023) e um documento parlamentar exigindo que as FDI “matem todos que não estiverem acenando com uma bandeira branca” (2025), desumanizam e visam os palestinos indiscriminadamente, muito como as políticas nazistas visavam os judeus. O comentário adicional de Smotrich em novembro de 2023 de que Israel controlará Gaza após a guerra sugere um plano de longo prazo para eliminar a presença palestina, alinhado com a visão da conferência de colonos e chamados históricos por uma terra sem árabes. Essa violência sistemática, possibilitada pelo confinamento preexistente em Gaza e na Cisjordânia, espalha o uso de guetos e campos pelo Holocausto para isolar e destruir.

## Evidências de Genocídio em Gaza e a Obrigação Global de Agir

As evidências em Gaza estabelecem tanto **mens rea** quanto **actus reus** para genocídio sob a Convenção de Genocídio da ONU e o Estatuto de Roma, compelindo estados e autoridades a agir sob a promessa de “nunca mais”, a Convenção de Genocídio e a doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P).

**Mens Rea (Intenção):** A intenção de destruir os palestinos em Gaza é evidente em um padrão de retórica desumanizante e políticas explícitas. Declarações históricas (Weitz, Begin, Eitan) estabeleceram um precedente para exclusão, enquanto as contemporâneas confirmam essa intenção em ação: “animais humanos” de Gallant, “nem um grão de trigo” de Smotrich, “nenhuma ajuda humanitária” de Katz e “Morte aos Árabes” da Marcha da Bandeira enquadram os palestinos como um grupo a ser destruído. O plano da conferência de colonos para uma Gaza “sem Hamas” — e implicitamente sem palestinos — alinha-se com numerosos chamados à aniquilação total de Gaza, tanto nas redes sociais quanto em outros lugares, como a sugestão do Ministro do Patrimônio Amichai Eliyahu em 2023 de “lançar uma bomba nuclear na Faixa de Gaza”. A afirmação de Smotrich de que Israel controlará Gaza após a guerra indica ainda mais uma visão de eliminar completamente a presença palestina. A não conformidade de Israel com as medidas do ICJ de 2024, que ordenaram acesso à ajuda para prevenir genocídio, vincula ainda mais esses atos à intenção, pois demonstra uma escolha deliberada de exacerbar condições letais.

**Actus Reus (Atos):** As ações de Israel cumprem múltiplos atos genocidas: (1) **Assassinato:** 40.000 mortes em Gaza, 83 crianças na Cisjordânia (2023); (2) **Dano Grave:** Bombardeios, ferimentos, traumas e exposição química (fósforo branco); (3) **Condições de Vida:** Cerco, fome e destruição de infraestrutura, criando condições inabitáveis; (4) **Prevenção de Nas-**

**cimentos:** Abortos espontâneos e danos reprodutivos devido à desnutrição e produtos químicos; (5) **Transferência de Crianças:** Assassinato de 15.000 crianças em Gaza, 83 na Cisjordânia (“transferência para túmulos”). Os ataques da Marcha da Bandeira e a violência na Cisjordânia adicionam a esse padrão, mostrando uma campanha sistemática em todos os territórios.

Essas evidências cumprem o limiar legal para genocídio, conforme o ICJ (2024) constatou um risco plausível, e o TPI emitiu mandados contra Netanyahu e Gallant por crimes de guerra, incluindo a fome como método de guerra. Os paralelos com o Holocausto — ideologia supremacista, desumanização, concentração e assassinato sistemático — destacam a gravidade da crise. O comentário de Eliyahu sobre a bomba nuclear, embora desmentido, reflete uma retórica extrema que, junto com a visão de Smotrich de controle pós-guerra, sugere uma disposição para contemplar a destruição total, evidenciando ainda mais a intenção genocida. No entanto, as instituições internacionais falham novamente: a ONU está paralisada por vetos dos EUA, as decisões do ICJ são inexequíveis, e os mandados do TPI carecem de execução, espelhando as falhas da Liga das Nações durante o Holocausto.

Sob a promessa de “nunca mais”, nascida das lições do Holocausto, a Convenção de Genocídio (Artigo I obriga os estados a prevenir e punir genocídios) e a doutrina R2P (os estados devem proteger populações contra genocídio, com intervenção internacional se falharem) impõem a cada estado e autoridade um dever moral e legal de agir. Isso inclui impor sanções, suspender a ajuda militar a Israel (por exemplo, os 17 bilhões de dólares dos EUA desde 2023), executar os mandados do TPI e apoiar a intervenção humanitária para acabar com o cerco e os bombardeios. A inação repete os erros da Liga das Nações, traindo a promessa de proteger a humanidade do genocídio.

## Conclusão

O Holocausto e Gaza revelam uma trágica continuidade nas ideologias de superioridade e desumanização que alimentam o genocídio, e nas falhas sistêmicas das instituições internacionais que o possibilitam. A ONU, o ICJ e o TPI, paralisados pela política das grandes potências e normas de soberania, não conseguem deter as ações de Israel em Gaza, que são sustentadas por uma história de retórica supremacista e intenção de deslocar os palestinos. As evidências de **mens rea** e **actus reus**, ainda mais reforçadas por declarações extremas como a sugestão de Eliyahu de aniquilação nuclear e a visão de Smotrich de controle pós-guerra, estabelecem o genocídio além de qualquer dúvida razoável. A obrigação da comunidade global sob “nunca mais”, a Convenção de Genocídio e a R2P exige ação imediata para deter as atrocidades em Gaza, para que os capítulos mais sombrios da história não se repitam. A promessa de “nunca mais” deve ser mais do que palavras — deve ser um chamado à ação por justiça, proteção e humanidade.